

# RELEMBRANDO PAULO FREIRE

*Marcos Arruda<sup>9</sup>*

Aquele homem formal, de terno e bigodes pretos, e sua gentil esposa, nos receberam em seu apartamento em Recife. Uma amiga da JUC – Juventude Universitária Católica – fez o contato e me acompanhou até lá. Era o ano de 1963.

## **Nosso primeiro encontro, antes do golpe de 1964**

Me impressionaram as proposições visionárias do casal. Elza fazia comentários que revelavam seu engajamento na campanha.

O Presidente João Goulart havia nomeado Paulo coordenador da Campanha Nacional de Alfabetização. Uma ocasião extraordinária de realizar em poucos anos uma espécie de “revolução das consciências”, não por uma via doutrinária ou manipuladora, mas sim através do despertar da consciência crítica da população trabalhadora do campo e das cidades. No linguajar de Paulo, “ler mais que a palavra escrita: ler a sua realidade” queria dizer desvendar as causas da sua pobreza e atuar sobre elas! Que grande ameaça isto podia representar aos grandes latifundiários, famintos de agarrar a terra de camponeses analfabetos<sup>10</sup>, sobretudo os do Nordeste, região de origem de Paulo e Elza! Estava claro que a conscientização e a organização dos camponeses acabariam com a ganância desenfreada dos latifundiários.

Nessa época eu cursava o terceiro ano da Escola Nacional de Geologia, no Rio de Janeiro, e era o presidente da Executiva Nacional dos Estudantes de Geologia, filiada à UNE – União Nacional dos

9 Economista e educador do Instituto PACS. Ex-colaborador do Instituto de Ação Cultural de 1973 a 1978 em Genebra. Consultor em educação de jovens e adultos dos Ministério da Educação da Guiné Bissau (1975-1978) e da Nicarágua Sandinista (1979-1989). Ex-professor de Filosofia da Educação Popular no IESAE – Instituto de Estudos Avançados em Educação, FGV, Rio de Janeiro (1982-1992). Assessor do FMCJS – Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social – e associado à Rede Solidarius e ao Instituto Transnacional (Amsterdã).

10 E conseguiram. Hoje, quase 60 anos depois, 1% dos proprietários de terras detêm 48% das terras cultiváveis do Brasil.

Estudantes. O trabalho político do nosso mandato estava centrado nas atividades de mineração e de prospecção e extração do petróleo. O nosso viés eram a soberania nacional e a industrialização do país, o que implicava uma postura crítica face à presença de empresas transnacionais naqueles setores. Argumentávamos que, em vez da política de exportação dessas matérias primas com baixo ou nenhum valor agregado, o governo devia usar os minérios e o petróleo para construir uma base industrial forte e assim reduzir nossa dependência dos países ricos, ampliando efetivamente a nossa liberdade como cidadãos e como povo. Caminhar com nossas próprias pernas, braços e cérebros. Tornar a economia uma resposta às necessidades do nosso povo; não só as ligadas à sobrevivência física, mas também, e sobretudo, à necessidade – essencial para o ser humano, individual e coletivo – de sempre mais liberdade e bem viver.

No início de 1964, como membro do Grupo de Política Mineral, participei do “Encontro Minério não dá duas Safras”, em Belo Horizonte. Compuseram o Encontro autoridades como o Ministro do Trabalho, Almino Afonso, o governador Miguel Arraes. Nele levantamos para discussão a proposta de criação da Minerobrás, que faria a gestão pública de todo o setor mineral do Brasil de forma semelhante à da Petrobrás com o petróleo e gás. A palavra atual que melhor cabe para qualificar nosso projeto político de então é *a descolonização socioeconômica do Brasil*. O mesmo que hoje polariza as forças de oposição ao governo Bolsonaro.

Paulo e Elza falaram-nos da experiência de Angicos, povoado no sertão do Rio Grande do Norte e o sucesso de mais de 300 camponeses alfabetizados em 45 dias, por meio de uma abordagem inovadora, que propunha o protagonismo das pessoas analfabetas no processo educativo. Eles diziam que essa abordagem chegou no tempo certo, e por isso essa pequena experiência-semente, promovida pelo MCP – Movimento de Cultura Popular – veio dar lugar a uma árvore com potencial de enormes consequências para a parcela mais oprimida do povo brasileiro. Para mim, que já havia estudado filosofia com os jesuítas, os fundamentos epistemológicos e filosóficos de Paulo me encantaram. A visão da relação orgânica e dialética entre o todo e as partes, a questão do poder opressor e do poder emancipador, o desafio objetivo e subjetivo do “educador para a liberdade”. Foi a primeira vez que ouvi Paulo usar a figura linguística da relação sujeito-objeto para se referir ao papel da educação como condição para a libertação.<sup>11</sup> Parafraseando o psicólogo Jean-Yves Leloup, “O papel do educador é despertar o sujeito em cada pessoa”. Falei-lhes da exploração vivida pelos trabalhadores da mineração, submetidos a condições de trabalho semiescravas, e os milhares de refugiados da seca e da grilagem das terras que se tornavam garimpeiros, vivendo em condições sub-humanas semelhantes às dos que eles conheciam tão bem – as vítimas da seca e do “êxodo rural”.

11 Registro com minhas palavras a observação de Paulo Freire: a educação em si não liberta, mas sem ela não se realiza a libertação.

Foi já no contexto da ditadura iniciada em 1964 que vivenciei esse caminho didático de Educação Popular, alfabetizando operários na periferia do Rio de Janeiro e, depois, de São Paulo. Também ensinei geociências numa famosa escola secundária de São Paulo, o Colégio Santa Cruz, recriando neste espaço, e com êxito, as diretrizes dialógicas emancipadoras de Paulo e Elza Freire.

### **Nosso Reencontro em Genebra, 1972**

Dez anos turbulentos se passaram, nos quais ocorreu o golpe empresarial/militar contra o governo de João Goulart, a partida da família Freire para o exílio, minha transformação de geólogo em operário metalúrgico e sindicalista em 1968, minha prisão e tortura em 1970-71, e a partida do Brasil como refugiado político. Em 1972 reencontrei Paulo e Elza Freire em Genebra. Eles e eu, refugiados políticos. Paulo trabalhava no Conselho Mundial de Igrejas, e eu fazia o mestrado em economia do desenvolvimento na *American University*, Washington DC e era um dos animadores do Comitê Contra a Repressão no Brasil.<sup>12</sup> Fui a Genebra como membro do programa Bolsistas em Missão, dirigido pela brava Margaret Flory, para um período de formação com a equipe do IDAC – Instituto de Ação Cultural criado por Paulo Freire e outros refugiados brasileiros – Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira e Claudius Ceccon, mais a alemã Babette Harper – com objetivo de prestar serviços educativos principalmente em países que lutavam por sua independência<sup>13</sup>. Minha participação esporádica em seminários do IDAC sobre educação libertadora nos Estados Unidos e Canadá ganhou o longo prazo com minha mudança de Washington DC para Paris, e depois Genebra.

Uma memória marcante foi a preparação da equipe para a primeira visita à Guiné Bissau em setembro de 1975. Nos dedicamos aplicadamente a ler sobre a história dos dois países e a do oeste da África. E, principalmente, as obras escritas de Amílcar Cabral, o grande líder-fundador do PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e do Cabo Verde. E dialogávamos com Paulo sobre as leituras e que questões levantar sobre o que nos esperava. A emoção que Paulo partilhou conosco foi de grande entusiasmo por irmos colaborar com a educação de um povo africano, irmão do povo brasileiro, que já era escolado pela luta contra o colonialismo português (152 anos depois da dita independência do Brasil, os povos africanos “de expressão portuguesa” ainda lutavam pela sua libertação – Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe). Sim, tinha havido educação sob as árvores durante

12 Ver o livro de James N. Green, 2009, “Apesar de Vocês – Oposição à Ditadura Brasileira nos Estados Unidos, 1964-85”. Companhia das Letras, São Paulo.

13 Expresso minha gratidão à equipe do IDAC e a Paulo Freire pela oportunidade que me deram de colaborar com o Instituto como facilitador de seminários sobre Educação Libertadora na América do Norte e na Escandinávia, e a partir de 1995, junto com a equipe do IDAC, como consultor dos Ministérios de Educação da Guiné Bissau e do Cabo Verde sobre Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da libertação.

as décadas de luta contra as garras de Portugal. E a própria luta era uma escola. Através dela, gente que só falava uma das mais de 30 línguas da Guiné, aprendeu a falar crioulo. Assim, a comunicação se viabilizou e ampliou o trabalho articulador cultural e militar do PAIGC.<sup>14</sup>



**Marcos Arruda com Paulo Freire, Mario Cabral, então Ministro da Educação da Guiné Bissau e cooperantes canadenses e suíços. Fotografia acervo do autor.**

Tenho boas memórias das viagens feitas com Paulo, de Genebra a Lisboa e de lá a Bissau. E de Genebra à Estocolmo. Conversávamos sobre os tempos de mobilização pelas reformas, que visavam a melhora das condições de vida e de trabalho da maioria, tais como a reforma agrária, a minerária, a educacional e a universitária. Relembramos os tempos em que educar para a libertação e defender as riquezas naturais do Brasil da cobiça das empresas estrangeiras “eram coisa de comunista”. Como se estivéssemos retomando a conversa de nove anos atrás, só que com Jango havia vontade política de reformar a economia e a cultura do país. Esta vontade foi asfixiada pela ditadura. Os governos militares tentaram se legitimar acusando de comunista a luta por reformas de base, entre elas o Programa Nacional de Alfabetização. Deixaram de ser destaques no contexto da ditadura os movimentos populares, que agora se viam obrigados a reduzir suas demandas a temas relacionados com a mera sobrevivência física e os direitos cidadãos. E educadores mais proeminentes, como Paulo Freire, Darcy Ribeiro e outros estavam agora no exílio. Sob o governo Bolsonaro o retrocesso da política educacional tem sido devastador e a herança de Paulo Freire é agredida e até demonizada pelo Presidente-miliciano e seus asseclas<sup>15</sup>.

14 A quem se interessar pela minha avaliação crítica dos anos de trabalho de Paulo e da equipe do IDAC como consultores na Guiné Bissau e Cabo Verde, ver Marcos Arruda, 2009, “Educação para uma Economia do Amor: Educação da Práxis e Economia Solidária”, Editora Ideias e Letras, São Paulo. Em especial, o Capítulo 5.1 – Educação da Práxis e Emancipação – Educação Libertadora na Guiné Bissau pós-colonial”.

15 Bolsonaro chamou Paulo Freire de “energúmeno” e disse que, eleito, iria usar um lança-chamas para expulsar do MEC os professores que seguem Paulo Freire. (Bolsonaro chama educador de burro para ocultar caos no comando da Educação - 16/12/2019 - UOL Notícias).

## Plena Democracia

Foi numa daquelas viagens, quando conversávamos sobre filosofia e epistemologia da educação que tocamos num tema que tinha implicações omnidimensionais: a Democracia. Sua essência é política, refere-se à organização do poder a partir do povo, da totalidade da população. Paulo assinalava que a estrutura socioeconômica do Brasil, que foi colônia durante 389 anos e, de lá para cá, continuou subjugada às elites nacionais e estrangeiras, não conhecia ainda a *plena democracia*. A questão era, quais seriam os vetores capazes de torná-la realidade? Qual é o desafio-chave na conquista da plena democracia? Algum governo esclarecido, como esperávamos que viesse ser o governo João Goulart, ou o governo Allende no Chile, até que os golpes empresariais-militares, insuflados pelos EUA, desmancharam esses sonhos? Foi assim que nosso diálogo tocou num tema fundamental da educação para a liberdade. Tema crucial, que continua desafiando quem aspira a uma humanidade que se liberta. Tema candente para Paulo e para mim, ambos leitores de Gramsci e defensores da dimensão cultural na luta contra as opressões. E ambos profundamente abalados pela violência inaudita do golpe militar contra Salvador Allende no Chile. Ali Paulo havia vivido tempos de esperança ativa ainda no governo democrata-cristão de Eduardo Frei. Paulo viu florescer seu afeto pelo povo chileno. E eu havia vivido dois meses intensos de visita ao país em 1972.

Esta conversa tocou o âmago do meu compromisso com meu trabalho como educador e economista. Paulo valorizava o papel do Estado na construção das condições para a emancipação dos povos. Mas, citando Gramsci e Amílcar Cabral, ele correlacionava a autoridade do educador na comunidade de aprendizagem com a do Estado na sua relação com a sociedade, em particular as classes que vivem do seu trabalho e não das rendas do capital. A missão de ambos é apoiar o empoderamento dos educandos e educandas, sejam elas e eles estudantes e/ou cidadãs e cidadãos, para realizar seu papel de protagonistas da plena democracia. De novo, trata-se de converter sociedades divididas entre sujeitos e objetos, ou patrões e empregados, em sociedades que se empoderam para tornar-se sujeitos da socioeconomia, da política e da cultura. Sujeito dos seus potenciais humanizadores, em colaboração ativa com o meio natural.

## O Sujeito Último da Libertação

Ao responder sobre a aposta no Estado para realizar a transformação, Paulo acrescentou que um governo progressista ajudaria a democratizar o país. Mas o fim do sistema que naturaliza a opressão mantendo as classes subalternas fora das escolas e das universidades, privadas dos meios de garantir sua sobrevivência em condições dignas, este só viria das próprias classes oprimidas. Não perder de vista

o protagonista principal da luta pela libertação – o povo oprimido. E a educação podia criar as condições propícias para que educadores e lideranças se comprometessem com assumir esse papel de serviço ao empoderamento da população.

Naquela década dos setenta, marcada pelas vitórias das lutas de libertação nacional dos povos do hemisfério Sul contra o poder colonial armado dos países do Norte, a única saída parecia ser a tomada do poder do Estado e o redesenho deste para que passasse a servir interesses e necessidades da maioria, que só tinha a venda do seu trabalho como garantia do seu direito à vida. E isto implicava transformações tanto na esfera político-social quanto na esfera da subjetividade, da consciência e da visão de mundo. Aí, a educação tinha uma importância relevante, Paulo enfatizava.

E então, ouvi de Paulo uma afirmação que afetou minha visão da política e da educação. Ele disse que há dois tipos de gente neste mundo. Há os que acreditam que a maioria das pessoas precisa de direção e comando para viverem suas vidas; estas pessoas, que nunca haviam entrado numa escola, ou a abandonaram antes do final do primário, foram formadas para obedecer e para depender dos que “sabiam”. E há as pessoas que acreditam que todo ser humano é dotado do potencial de gerir sua própria existência, reduzindo ao mínimo suas dependências e maximizando a interdependência solidária e a liberdade como pessoa e como cidadã. Uma educação para a liberdade é a que contribui para que todo ser humano desenvolva seu potencial de gerir o desenvolvimento do seu ser e do seu devir, como indivíduo e como ser social ao mesmo tempo.

Durante alguns meses tive que confrontar este desafio dentro de mim. Na minha formação familiar numa “família de classe média” eu havia aprendido que a democracia era o direito de votar, e no voto começava e terminava este direito. Analfabetos não deviam poder votar, porque não haviam aprendido a pensar, a escolher. Só vim a desenvolver minha crítica a esta visão classista, supremacista e patriarcal ao entrar na Escola de Geologia e na Juventude Universitária Católica. A divisão da sociedade em classes não é um fato natural e sim antrópico, histórico. Portanto, é o próprio ser humano quem deve achar os caminhos para superar a divisão do trabalho supremacista, patriarcalista e racista.

Estas palavras têm grande atualidade quando escrevo este capítulo. Mas algumas já eram usadas em espaços como o do IDAC há 45 anos! Esta percepção me fez recordar uma proposição de Karl Marx, para quem o objetivo maior da luta humana pela libertação é o fim das classes e dos conflitos entre elas – portanto, uma sociedade da paz, da justiça social e ambiental, e da garantia do direito a uma vida digna! Para Marx, o avanço técnico e científico, adequadamente planejado, tem por virtude maior reduzir o tempo de trabalho necessário na produção de bens e serviços, levando a humanidade a poder gozar do tempo liberado pelo aumento da produtividade e democraticamente distribuído, seja para exercer o trabalho emancipado, de livre escolha,

seja para dedicar seu tempo e energia ao desenvolvimento dos seus potenciais humanizadores – a estética, a ética, a comunicação, seus talentos e gostos pessoais, a amizade, o afeto, o amor.

### Direito ao Presente

Um dos maiores “pecados” de Paulo, aos olhos dos que o odeiam, foi construir um caminho educativo que desperta as pessoas oprimidas para o desejo mais que legítimo de resgatarem o seu *presente!* Isto através da mudança das condições sub-humanas a que estão subjugadas pelo mentirosamente promissor sistema do capital. Recordemos a sabedoria de Sêneca: “A expectativa é o maior impedimento para viver: leva-nos para o amanhã e faz com que se perca o presente”. A lógica do 1% que detém o poder econômico e político no Brasil não reconhece ao povo o direito ao presente!

A proposta de viver plenamente o presente vem acabar com as mentiras do capitalismo a respeito do Brasil “deitado eternamente em berço esplêndido”, subjugado, objetivado, subalternizado, desumanizado, imobilizado... tudo isto como “destino da maior parte da humanidade”. Sonhando com um “eterno” futuro que nunca virá, porque as elites hobbessianas (“O homem é o lobo do homem”) disfarçadas de verde-amarelos e tornaram peritas em drogar as classes oprimidas com sonhos ilusórios de consumo ilimitado de bens materiais, oportunidades “iguais” para toda e todo cidadão, pleno emprego, injeções de propaganda nas veias, vender seu voto como cheque em branco para eleger alguns dos mais corruptos políticos da Terra. A práxis da educação para a liberdade traz o “perigoso” potencial de fazer emergir o senso crítico sobre quem somos nós, seres humanos, que é que nos faz felizes, e como podemos libertar-nos das amarras do futuro como promessa, para viver intensa, integral e plenamente o presente!

### Contra a cultura cooptadora e alienadora

Minhas memórias de reuniões da equipe do IDAC e das minhas viagens com Paulo incluem diálogos sistêmicos importantes hoje, tanto quanto naqueles anos. Para Paulo o pano de fundo subjetivo em que operava e opera o sistema de “livre” mercado e o aparelho burocrático e monetocrático do capital é o das falsas premissas do “eu sem nós” e da propriedade privada como “condição própria da natureza humana”. As classes privilegiadas precisam de um Estado fortemente comprometido com os interesses das elites em oposição aos interesses da maioria trabalhadora. Paulo fazia da educação para a liberdade uma frente de luta política na esfera cultural. Nossa conversa focalizou o tema da cultura ao reconhecermos a posição subalterna da maioria, submetida à funesta influência de dois aparelhos ideológicos – o do capital e o do Estado burguês – visando operar processos de dominação não só pela

exploração da força de trabalho e pela espoliação dos consumidores, mas também pela via da cultura cooptadora e alienadora. Neste ponto, nossa conversa enveredava para a partilha do nosso entusiasmo com a obra de Antônio Gramsci, um dos autores que mais alargaram e aprofundaram os horizontes franqueados pelo Filósofo da Práxis.

Também nos referíamos a outro italiano, Mario Manacorda, que no livro “Marx e a Pedagogia Moderna”, que comprei em Lisboa, deu à luz uma crítica contundente do paradigma escolar do ocidente e estudou com criatividade o papel da educação no descortínio de uma humanidade em vias de libertação. Manacorda elaborou com muita propriedade sobre o trabalho humano – o alienado e o emancipado – e seu papel inalienável em relação à educação. E enfatizou a integralidade do ser humano – omnilateral e, eu acrescentava, omnidimensional – como qualidade intrínseca da premissa antropológica da Filosofia da Práxis. A crítica das circunstâncias em que vivem os indivíduos desemboca na crítica ao desenvolvimento unilateral de uma qualidade em prejuízo de todas as outras.

### **Dogmatismo na Educação?**

Essas conversas com Paulo me motivaram a ler Gramsci com maior empenho. Certa vez nossa conversa se deteve na questão se é tolerável ou não algum dogmatismo na educação. Paulo disse que há uma passagem em Gramsci em que ele argumenta em favor de uma certa dose de dogmatismo na educação, em particular a das crianças e dos jovens. Me surpreendi. Reproduzo este diálogo com minhas palavras, a partir de notas e lembranças aproximativas do que Paulo me disse na época:

MA – Isto seria contraditório com a filosofia e a gnoseologia historicista que o próprio Gramsci postula!

PF – Isto mesmo. O historicismo da Filosofia da Práxis vai no sentido oposto ao do dogma, ao afirmar a primazia da prática sobre a teoria. Como a prática está vinculada ao movimento da História desta prática, ela engendra sempre novas realidades. Até as “ciências exatas” não escapam desta verdade. Veja o que está acontecendo nos domínios da física e da biologia. Neste tema, apenas uma premissa dogmática me é tolerável: rejeitar todo dogmatismo. E isto implica em rejeitar o dogma do “livre” mercado tanto quanto o dogma da estatolatria, que Gramsci critica com veemência!

MA – Por quê? perguntei. Aí estamos entrando no terreno das Democracias. No plural porque há vários conceitos e práticas de democracia. E para mim só uma é verdadeira – a democracia integral, plena, omnidimensional. E isto tem a ver com a Educação para a liberdade. É o tema de quem é o Sujeito da educação, do desenvolvimento, enfim, dessa libertação.

PF – A Filosofia da Práxis é crítica, dialética e historicista. Qualquer “verdade” absoluta se transforma em axioma e congela no tempo,



enquanto a História continua. Questionar é a vocação do filósofo da Práxis. A evolução da História e, genericamente, da vida estão sempre surpreendendo a inteligência humana. Novos horizontes, novas perspectivas, novas “verdades” vão brotando com o caminhar mesmo da humanidade, e com o avanço do alcance do conhecimento humano através da pesquisa, que é parte central da educação para a liberdade, a meu ver, em todas as idades.

### **Estatolatria e Democracia Plena**

MA – Você falou da estatolatria, criticada por Gramsci. Os advogados de um forte Estado reformista ou revolucionário apontam com razão a fragilidade dos povos oprimidos frente à opressão. Não seriam o partido que venceu a luta anticolonial, e o Estado que se reconstrói os dois protagonistas principais da transformação? Que Estado esperamos encontrar na Guiné e no Cabo Verde, e que pretendem eles fazer com o poder? Como você vê então o papel do Estado numa sociedade que se liberta? Vale falar em Estado educador?

PF – Reconheço a importância de um Estado democraticamente forte para conduzir a revolução. Mas Amílcar Cabral questiona seriamente os que, pelos encantos do poder, vão se afastando do povo e aproveitando as brechas para colocar seus interesses pessoais acima dos coletivos e dos da sua função pública. Amílcar fala em “suicídio de classe” como condição para se poder, na função pública, optar cotidianamente pelos interesses da população. Para nós educadores, é indispensável acreditar no potencial das pessoas de conscientizar-se, unir-se e educar-se para a libertação. Mas isto é um processo longo e nada linear. E devemos ter claro quem deve ser o Sujeito da nova ordem não opressora: o povo organizado, e não as lideranças sozinhas nem o Estado. Neste sentido, posso estender ao Estado libertário ou revolucionário o conceito de Amílcar do “suicídio de classe” necessário de ser perpetrado pelas lideranças do partido e pelas autoridades do governo. Cabe a este Estado colaborar na educação da população para a autogestão, a relativa autonomia, e a solidariedade como método de empoderamento popular para o exercício da plena democracia.

### **Lembranças conviviais**

Embora Marx, Gramsci e Amílcar Cabral tenham estado muito presentes em nossas conversas, falávamos também sobre outros autores, alguns brasileiros e outros latino-americanos, como Celso Furtado, que veio dar um semestre de aulas na *American University* quando eu ainda estava no mestrado em Washington D.C., Leonardo Boff, Gonzalo Gutiérrez, Elza Támez e outros e outras teólogas católicas e protestantes que ensaiavam as primeiras proposições sobre Teologia da Libertação. E o nosso brilhante dramaturgo Augusto Boal, que aplicou

criativamente a filosofia educativa de Paulo Freire ao que veio a se chamar de Teatro do Oprimido. Ele e Paulo estiveram juntos muitas vezes e, de fato, se inspiraram mutuamente. Boal acumulou um vasto tesouro de práticas teatrais que reproduziam situações de opressão e estimulavam a plateia, em espaços fechados e na rua, a buscarem soluções próprias para a superação dos fatores que geravam a opressão. Eu próprio tenho feito apresentações e participado de dinâmicas do Teatro do Oprimido animadas pelo professor Patrick Doherty na Faculdade Comunitária de Puyallup, no sul de Seattle, EUA, onde Kathy Swart, minha companheira de vida, é professora e bibliotecária.

Um dia de 1975, a equipe do IDAC partiu para sua primeira visita à Guiné Bissau. A escala da TAP em Lisboa era obrigatória. Nesse tempo Boal e Cecília moravam lá e convidaram Paulo e a equipe para um lanche na casa deles. Além da calorosa acolhida pelo casal, Paulo e Boal nos deliciaram contando casos das suas aventuras pedagógicas e dramáticas pelo mundo afora. Cecília chega ao salão com um envelope recém-chegado do Brasil. Era uma fita magnética presenteada a Boal por Chico Buarque de Holanda. Aquele pequeno grupo de amigas e amigos compartilhou o prazer de ouvir pela primeira vez a canção *Meu Caro Amigo*, dedicada por Chico a Boal!

Voltando às nossas conversas, Paulo e eu também falávamos de autores como Werner Jaeger e sua obra monumental chamada *“Paideia: los Ideales de la Cultura Griega”*, onde ele faz o trabalho pioneiro de explorar a história da filosofia e da educação na Grécia antiga. O próprio Paulo me ofereceu o exemplar de Jaeger que ele tinha em dobro. É a versão em castelhano, e Paulo tinha escrito na folha interna *“Paulo Freire, Santiago, 1968”*. Ao que acrescentei: *“Oferecido a mim por Paulo Freire em setembro de 1977.”*

Paulo já me havia dedicado um exemplar da *“Pedagogia do Oprimido”*, edição da Afrontamento/Porto, Portugal, com as palavras *“A Marcos, como se estivéssemos no Recife. Paulo Freire, Geneve, julho 1975”*. Nunca ouvi Paulo pronunciar Genebra (português), dizia sempre Genève (francês; mas ele também não usava acentos).

Nossas conversas fluíam como canoas deslizando nos igarapés e nos afluentes, sem perder de vista o grande rio. Mas havia também as conversas de amizade, sem formalidades nem compromissos, como as que tínhamos nas refeições da Elza com as filhas e filhos – Madá, Fátima, Cristina, Joaquim e Lutgardes no apartamento da família Freire em Genebra. Uma grata memória foi o almoço que Elza preparou como gesto de boas-vindas ao meu pai, Clemildo Lyra de Arruda, sua esposa Leonor e minha avó Maria. Havia muito em comum entre Elza, Paulo e Mildy, os três originários de Pernambuco, os três educadores peritos na língua portuguesa. Meu pai foi da Academia Brasileira de Filologia! Eles conversaram bastante e encontraram muitas afinidades. Meu pai contou que era também professor de latim e grego. Paulo ofereceu-lhe, então, uma cópia em grego do genial *“Pedagogia dos Oprimidos”*. Herdei esta cópia do meu saudoso pai, e a ofereci à querida amiga lyonesa

(de Lyon, França) Simone Kunegel, que fala grego correntemente, além de não sei quantas outras línguas.

Em 1979 fui convidado para trabalhar como consultor econômico no CMI – Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra. Paulo e eu convivemos pouco tempo no CMI. Em agosto desse mesmo ano Paulo e sua família voltaram para o Brasil, depois de uma vida de refugiados que durou 15 anos!

### **Saudoso Paulo!**

Um dos mais profícuos autores de livros sobre Paulo Freire é o amigo e companheiro Carlos Brandão, antropólogo e educador de educadores para a liberdade. Não posso deixar de mencionar e recomendar seus livros. Carlos e eu já trocamos muitas ideias sobre a Metodologia e a Filosofia da Educação Popular.

Em 2 de maio de 1997 eu estava esperando a partida de um voo que me levaria a Moçambique para uma consultoria em educação popular. De repente, o piloto liga o microfone e anuncia:

- “Acaba de nos chegar notícia de São Paulo, anunciando a morte do Professor Paulo Freire, que foi Secretário da Educação do governo Erundina.”

Derramei algumas lágrimas solitárias. E parti para levar um pouco do que aprendi com Paulo a educadores populares de Moçambique.

*Marcos Arruda*

**Março de 2021**